

O ensino especializado da música face à avaliação externa de escolas

Helena Queirós

Universidade do Minho, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga / Portugal

sorieuq@hotmail.com

Joana Sousa

Universidade do Minho / Portugal

joanarfsousa@gmail.com

Resumo: Este artigo resulta do estudo realizado no âmbito do projeto de investigação “Avaliação Externa de Escolas no Ensino não Superior”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. O objetivo desta comunicação consiste em contextualizar o ensino especializado da música face ao mundo atual e às políticas educacionais de *accountability*, escolas eficazes e a avaliação externa de escolas (Taubman: 2009).

Segundo dados publicados pelo Ministério da Educação sobre o ensino especializado da música, é possível verificar que em Portugal há uma ausência de estudos científicos nesta área (Domingues: 2007). Em 2006 a implementação da Avaliação Externa de Escolas (AEE) veio promover junto dos Conservatórios a prestação de contas, a reorganização e a uniformização dos seus procedimentos, bem como a autoavaliação, conforme as políticas educativas nacionais. As tendências emergentes revelam que no ensino especializado da música, a AEE tem um efeito direto na reorganização interna das escolas, exigindo a todos os intervenientes os mesmos procedimentos com vista a uma uniformização e impondo a necessidade dos Conservatórios efetuarem a autoavaliação e autorreflexão.

Palavras-chave: Ensino especializado da música; Avaliação Externa de Escolas; Impacto e efeitos.

Abstract: This article is part of research into the external evaluation of schools’ projects, funded by the Foundation for Science and Technology. The purpose of this article is to contextualize music teaching in relation to the external evaluation of schools context, based on accountability (Taubman: 2009).

Based on data published by the Central Administration there is a lack of scientific studies in this area (Domingues: 2007).

In 2006, the implementation of the External Evaluation of Schools (AEE) imposed accountability, reorganization and standardization of procedures as well as self-assessment in Conservatories. This text reveals that AEE has a direct effect on the internal reorganization of schools, requiring all communities to act by the same procedures, through standardization and self-assessment.

Keywords: Specialized music teaching; External Evaluation of Schools (AEE); Impact and effects.

A Avaliação Externa em Portugal

Entendendo-se por avaliação a atribuição do mérito ou valor de algo (Stake 2006), cujo significado depende dos paradigmas e teorias que sejam perfilhados (Donaldson e Lipsey 2007; Stake 2006), a avaliação de escolas, ou avaliação institucional (Sobrinho, 2003), é enquadrada por políticas, processos e práticas. Destacamos, assim, as políticas de *accountability* que segundo Afonso (2009), tem três dimensões, sendo elas: a avaliação, a prestação de contas e a responsabilização, e as políticas de partilha de conhecimento que, por sua vez, estão na origem das reformas viajantes, quase sempre idênticas e invisíveis através de conceitos-chave que funcionam como referenciais para a conceção dos modelos e implementação das práticas (Taubman 2009; Afonso 2012; Steiner-Khaamasi 2012).

A Avaliação Externa de Escolas (AEE) é claramente um domínio social influenciado por conceitos geradores de mudanças ao nível das práticas organizacionais, curriculares e pedagógicas, com o propósito de melhoria dos processos e práticas de decisão. Por exemplo, e reportando-nos a um macroconceito, a qualidade está relacionada com práticas de melhoria institucional que origina uma cultura de auditoria (Sousa 2013). Neste contexto de controlo pela regulação dos resultados ao nível de uma auditoria, a avaliação externa de escolas está relacionada com *standards*, geralmente definidos em função de quadros de decisão mais amplos e que servem de escolha dos critérios e indicadores, com resultados de desempenho mensuráveis e com a quantificação (Taubman 2010). Segundo Clímaco (2009),

esta reforma da Administração introduziu alterações importantes nas competências do Estado, cada vez menos concebido como Estado prestador de serviços, para ser visto como Estado avaliador e posteriormente como Estado regulador (Ibid 2009: 192).

O aparecimento do Estado-avaliador e da nova gestão pública obriga a uma definição prévia de objetivos, em que a medida e a quantificação se tornam aspetos centrais, no entanto, apesar da diversidade de modelos e práticas (Stufflebeam 2003), a AEE tem finalidades e propósitos concordantes com a melhoria organizacional e com a satisfação da comunidade educativa. É neste sentido que Sanders e Davidson (2003) afirmam que a AEE, para além dos resultados, tem como propósito fundamental a dimensão formativa, incluindo as práticas de desenvolvimento profissional docente, as práticas de decisão organizacional e as práticas de aprendizagem.

Respondendo a uma função formativa da avaliação Nevo (2007), o objetivo da melhoria da escola consiste em gerar condições internas centradas em práticas de autoavaliação institucional, de forma a estabelecer princípios e normas de ação enquanto organizações

aprendentes. Por outro lado, e situando-se numa função sumativa de avaliação (Ibid), o movimento da escola eficaz promove a avaliação externa em função dos resultados, sobretudo numa perspetiva comparativa a nível nacional e internacional. No entanto, segundo o relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (OCDE 2012), apesar de ter sido fomentada a autonomia nas escolas, o Ministério da Educação e Ciência detém todas as esferas do sistema de avaliação de educação em Portugal, através de organismos como o Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE), o IGE, o Gabinete Coordenador do Sistema de Informação do Ministério da Educação (MISI), o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQ). Neste contexto está incrementado um ambiente de avaliação, *accountability* e performance mensurável na educação, perante as quais existem resistências na implementação do sistema de avaliação, dado que é visto como instrumento de controlo, na medida em que privilegia a avaliação sumativa em detrimento da formativa (Sousa 2013). De acordo com Correia (2011: 23), “a avaliação de escolas é cada vez mais considerada um gerador de mudança que contribui para a tomada de decisões, para a distribuição dos recursos e para a melhoria da aprendizagem dos alunos”, embora, como refere Figari (1999), responda a diferentes e complementares funções, tornando-se necessário articular as dimensões interna e externa da avaliação. O relatório da OCDE (2012) sugere maior foco de atenção à AEE, à articulação efetiva entre todos os diferentes níveis de avaliação e esferas avaliativas e à garantia da existência de elementos que reflitam os efeitos da avaliação usando, por exemplo, os resultados da AEE como uma orientação para a melhoria de todo o processo educativo.

O Ensino Especializado da Música

O ensino especializado da música cruza a educação e a formação com a cultura e as artes, tornando-se num espaço de múltiplas conceções de atores e experiências, tal como refere Folhadela (1998: 9) “...Entende-se por ensino especializado da música o tipo de ensino que é ministrado nas escolas vocacionais de música (públicas, particulares e/ou cooperativas) e nas escolas profissionais de música abrangendo os níveis básico e secundário” Este tipo de ensino distancia-se do ensino regular devido à predominância da componente artística especializada. Para Vasconcelos (2002: 22) “o conservatório de música é um tipo de escola que ministra uma formação especializada no domínio da música ‘erudita ocidental’, onde começam a confluir outras tipologias e tradições musicais”. Entende-se por Ensino Especializado de Música, ou Ensino Vocacional, o tipo

de ensino não superior, não obrigatório que se ministra em Conservatórios e em Academias de Música, regulamentado pelo Dec.- Lei n.º 310/83 de 1 de junho e legislação subsequente.

Atualmente, o ensino especializado da música é ministrado em seis escolas públicas, sendo elas: Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga, Conservatório de Música do Porto, Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro, Conservatório de Música de Coimbra, Escola de Música do Conservatório Nacional e Instituto Gregoriano de Lisboa. Nas regiões do Alentejo e Algarve não existem escolas do ensino especializado da música públicas.

Impacto e efeitos da Avaliação Externa de Escolas no ensino especializado da música

Numa lógica de compreensão sobre o impacto e os efeitos que a AEE está a ter no ensino especializado da música é relevante salientar que pelo facto de os Conservatórios de Música aliarem a cultura à educação de uma forma estruturada existe uma racionalidade por parte do Estado.

A AEE permitiu a tomada de conhecimento do trabalho desenvolvido no ensino especializado da música por parte da Administração Central, no entanto, revela-se como uma “realidade social de produção de resultados” (Marques 2013: 135), dado que se concentra em critérios previamente estabelecidos e nos resultados alcançados, por forma a analisar a qualidade do trabalho desenvolvido em cada estabelecimento educativo. Este foco nos critérios e nos resultados levou a uma reorganização interna da escola, exigindo de todos os intervenientes os mesmos procedimentos para atingir uma uniformidade curricular e organizacional. Através do estudo de Marques (2013) foi possível verificar que segundo os diretores dos Conservatórios de Música esta reorganização incidiu, sobretudo, no campo administrativo, contudo, é partilhado que a AEE fomentou a reflexão, a partilha e a discussão entre a comunidade educativa. Neste sentido, o relatório de AEE é percecionado, pelos diretores dos Conservatórios de Música, como uma ferramenta que permite alcançar a melhoria contínua nas escolas. Segundo Marques (2013),

é importante referir que este questionamento e o querer progredir enquanto escola é muito relevante para este tipo de instituições, uma vez que ainda existem alguns professores-artistas, que resistem à pertença de um sistema igualitário não partilhando os ideais do ensino-aprendizagem do ensino e que por sua vez ainda dificultam a prática de novas estratégias e formas de gestão (Marques 2013: 136).

O impacto da AEE nos Conservatórios de Música faz-se sentir na própria comunidade educativa, dado que os elevados resultados comparativamente aos das escolas de ensino regular fazem com que seja possível afirmar que

é claramente no domínio de prestação de serviços que os Conservatórios se elevam e se tornam específicos e singulares, pois a abrangência do currículo, a diversidade de atividades, bem como o estímulo constante para critérios como profissionalismo e rigor tornam os alunos mais centrados na sua aprendizagem, valorizando-os enquanto seres humanos (Marques 2013:136).

No entanto, o seu efeito na melhoria contínua da própria escola revela-se insuficiente dado que existe uma ausência de cultura de autoavaliação, sendo este um dos efeitos mais positivos da AEE do ponto de vista dos diretores dos Conservatórios de Música (Marques 2013).

Referências

- Afonso, Almerindo (2009) “Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios por um debate ibero-americano”. *Revista de Ciências da Educação*, 9: 57-69.
- Afonso, Almerindo (2012) “Para uma concetualização alternativa de accountability em educação”. *Educação & Sociedade*, 33 (119): 471-484.
- Clímaco, Maria (2009) “A avaliação das escolas – Experiência e institucionalização” in Adriano, Moreira, *Autonomia das Escolas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (pp. 191-212)
- Correia, Joana (2011) *Avaliar para melhorar a escola: pontos de vista de professores sobre a organização e práticas de ensino*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
<http://hdl.handle.net/10451/5837> [accessed 12/09/12].
- Fernandes, Domingues et al (2007) *Estudo de avaliação do ensino artístico. Relatório Final Revisto*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Donaldson, Stewert, & Lipsey, Mark (2007) “Roles for theory in contemporary evaluation practice: developing practical knowledge” in Shaw, Ian, Greene, Jennifer and Mark Melvin (eds) *Handbook of evaluation. Policies, Programs and Practices* London: Sage Publications. (pp. 56-75)
- Figari, Gérard (1999) “Para uma referencialização das práticas de avaliação dos estabelecimentos de ensino” in Estrela, Albano and Nóvoa, António (Orgs.). *Avaliações em educação: novas perspetivas*. Porto: Porto Editora. (pp. 139-154)
- Folhadela, Paula, et al (1998) *Ensino Especializado da Música: Reflexões de Escolas e Professores*. Lisboa: Ministério da Educação.

- Marques, Helena (2013) *Impacto e efeitos da avaliação externa de escolas no ensino especializado da música*. Universidade do Minho: Instituto de Educação.
<http://hdl.handle.net/1822/28922> [accessed 03/05/14].
- Nevo, David (2007) "Evaluation in education" in Shaw, Ian, Greene, Jennifer and Mark Melvin (eds) *Handbook of evaluation: policies, programs and practices*. London: Sage Publications. (pp. 441-460)
- OECD (2012) *Reviews of Evaluation and Assessment in Education: Portugal 2012*. OECD. <http://www.oecd.org/edu/school/50077677.pdf>. [accessed 23/11/12]
- Sousa, Joana (2013) *Impacto de um dispositivo de avaliação externa na avaliação da qualidade em creche. Um estudo sobre as perspetivas de desenvolvimento profissional nos educadores de infância*. Universidade do Minho: Instituto de Educação.
<http://hdl.handle.net/1822/28917> [accessed 03/05/14].
- Pacheco, José, et al (2014) *Avaliação externa. Para a referencialização de um quadro teórico sobre o impacto e efeitos nas escolas do ensino não superior* (em publicação).
- Stake, Robert (2006) *Evaluación comprensiva y evaluación basada en estándares*. Barcelona: Graó.
- Steiner-Khamsi, Gita (2012) "Understanding policy borrowing and lending. Building comparative policy studies" in Steiner-Khamsi, Gita and Waldow, Florian (eds), *World yearbook of education 2012. Policy borrowing and lending in education*. London: Routledge. (3-19)
- Stufflebeam, Daniel (2003) "Institutionalizing Evaluation in Schools" in Kellaghan, Thomas, Stufflebeam, Daniel and Wingate, L. (eds), *International handbook of educational evaluation*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. (775-790)
- Taubman, Peter (2009) *Teaching by numbers. Deconstructing the discourse of standards and accountability in education*. London: Routledge.
- Vasconcelos, Teresa, & Assis, Arlete (2008) "Documentos curriculares para a educação de infância: um olhar sobre o passado, questões para o futuro" in Pacheco, José (Org.), *Organização curricular portuguesa*. Porto: Porto Editora. (53-84)
- Vasconcelos, António (2002). *O conservatório de música. Professores, organização e políticas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.